

190				
			1694	

Iniciativa

# Indígenas de Peruíbe procurarão uma nova área

## As 18 famílias da extinta Aldeia Bananal decidiram recomeçar a vida em outro local, sem depender da Funai

Da Sucursal

O cacique Davi Honório Cardoso e as 18 famílias que foram expulsas da Aldeia Bananal deverão procurar por conta própria, entre hoje e amanhã, uma nova área em Peruíbe para se estabelecer e tentar recomeçar a vida, deixando para trás casas, pertences pessoais, plantações e criações.

A decisão foi tomada ontem pelo grupo, que está alojado provisoriamente na Escola Agroecológica de Peruíbe, após o administrador da Fundação Nacional do Índio (Funai), Rômulo Siqueira de Sá, não ter cumprido a promessa de, ontem, às 10 horas, levá-los para fazer o reconhecimento de uma área na Juréia, para onde os índios seriam transferidos.

"Mais uma vez a Funai deixa a questão do índio de lado, fazendo promessas que não podem ser cumpridas, com objetivo de acalmar uma situação para depois resolvê-las da maneira que mais lhe convém. Rômulo havia prometido que iria nos levar para conhecer a nova área hoje (ontem) de manhã. São quase 17 horas e ele não deu sinal de vida. Vamos sair da escola porque não aguentamos mais ficar sem perspectivas, cheios de crianças (algumas recém-nascidas) para cuidar, vivendo de doações", disse Davi.

O cacique e seu grupamento haviam concordado em ir para a Juréia, visto que foi descartado qualquer tipo de entendimento com o cacique João Gomes, que permanece na Aldeia Bananal.

Gomes se posicionou, terça-feira, contrário à idéia de dividir a aldeia — de 200 alqueires de extensão — em duas partes iguais, alegando que possui plantações espalhadas por diversos pontos do aldeamento e que um convívio amigável, com Davi e seu grupo, era impossível de ser estabelecido após o confronto do último dia 23.

O cacique, reconhecido pela Funai, Davi Cardoso, em conversa com seu grupo, concordou em ficar na Juréia, desde que a Funai garantisse, através de um documento assinado pela Administração, uma indenização às 18 famílias expulsas da aldeia,

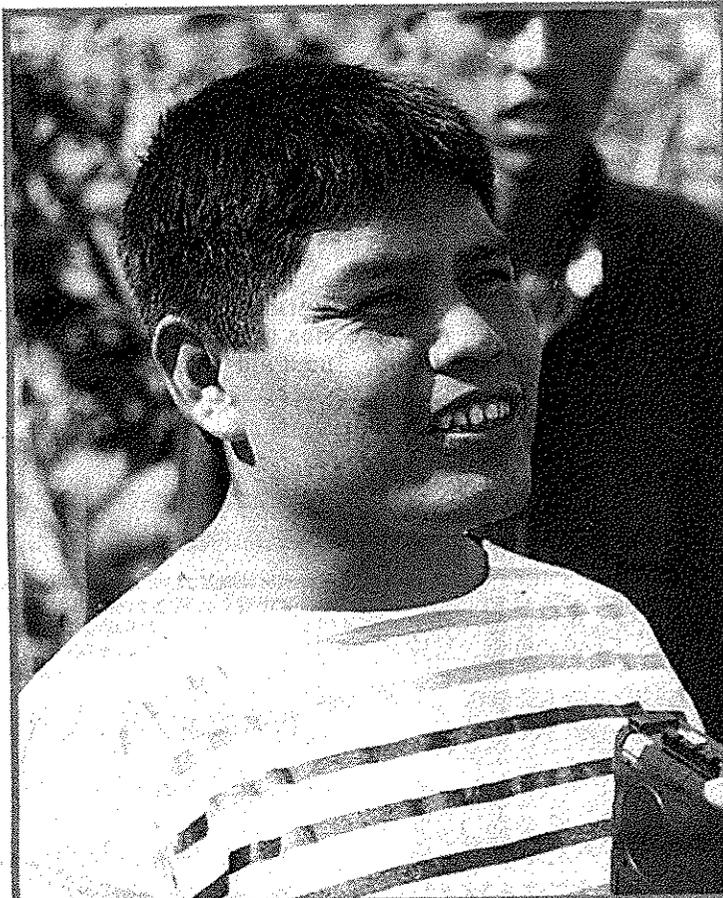
no que diz respeito às casas, pertences pessoais, plantações e criações abandonadas no conflito; assistência médica e escolar para seu grupo na Juréia; e a permanência de um representante da Funai (por um prazo ainda não-definido no local), até que as duas primeiras exigências sejam cumpridas.

**Sem habilidade** — A falta de habilidade da administração regional da Funai para minimizar o confronto da Aldeia Bananal vem se tornando evidente durante os quase 13 dias de impasse. Durante o período, os representantes do órgão cometeram vários equívocos e contradições nas negociações, além de tentarem sistematicamente fugir do assédio da imprensa. Ontem mesmo, o administrador não foi encontrado durante todo o dia.

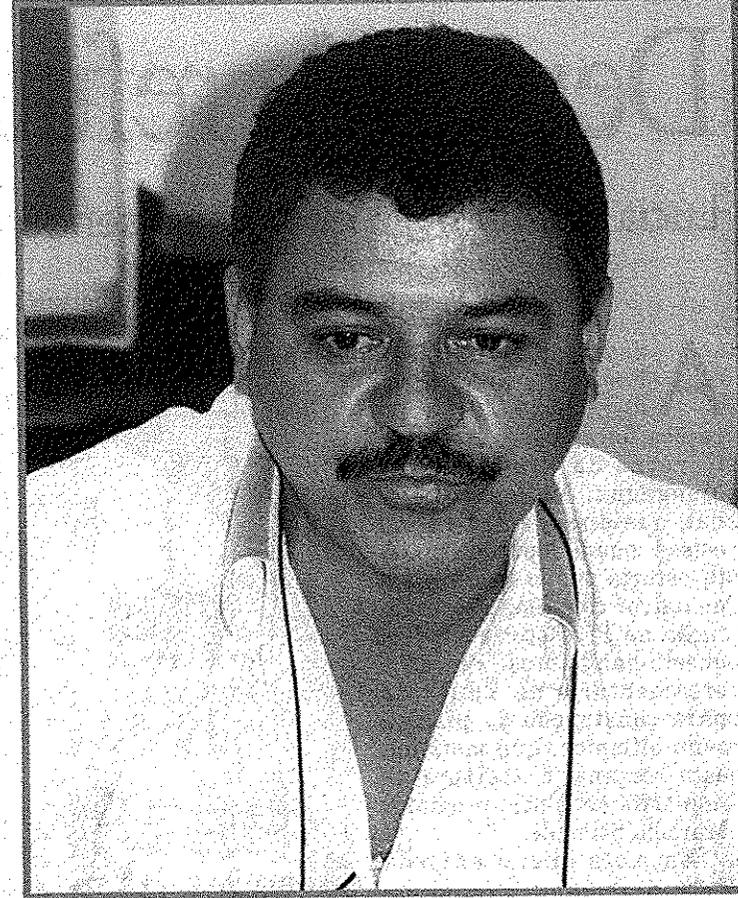
Na última reunião com os dois caciques rivais, a procuradora Caroline Maciel da Costa havia dito que a intenção da Procuradoria e da Funai era de tentar agradar ambas as partes. Porém, com a promessa descumprida ontem por Rômulo, a situação não só não evoluiu, como permitiu que os próprios índios resolvessem, por conta própria, tomar uma atitude que, por pouco, não foi de retornar à Aldeia Bananal e iniciar um novo confronto.

**Conflito** — O embate envolvendo os dois grupos tupis-guaranis ocorreu na noite do último dia 23, quando, por motivos religiosos, o grupo liderado pelo cacique João Gomes expulsou o cacique Davi Cardoso e 18 famílias da Aldeia Bananal, causando um confronto que teve como saldo três imóveis incendiados e agressões físicas entre os índios dos dois lados.

Na última sexta-feira, o problema de divisão de terras foi adicionado ao conflito, até então ocasionado pela intenção do cacique nomeado pela Funai, Davi Cardoso, de impor a religião evangélica na aldeia. Se dizendo legítimo cacique da Bananal, João Gomes ainda acredita que a religião vem destruindo a cultura e tradição da tribo e, por isso, não aceita que Davi continue realizando o trabalho religioso junto aos índios.



JOÃO VIEIRA JR.-27/6/00



FÁBIO OLIVEIRA

O cacique Davi Cardoso criticou o administrador da Funai, Rômulo Siqueira, pelo não-cumprimento das promessas.

## Conseg de Mongaguá fará projeto de cidadania

O Conselho Comunitário de Segurança (Conseg) de Mongaguá vai realizar, entre suas ações de trabalho, um Projeto de Cidadania destinado aos índios. De acordo com o presidente da entidade, vereador Paulo Wiazowski Filho (PPB), em Mongaguá há uma quantidade expressiva de índios que ainda não possuem certidão de nascimento, RG e outros documentos. "Vamos conversar com os caciques a fim de viabilizar esta iniciativa. Há índios de 10 e até 12 anos que ainda não possuem documentos", alerta o vereador.

O Conseg também pretende organizar uma campanha nas escolas, junto às crianças e adolescentes, com orientações sobre drogas, violência e criminalidade.

"Diante dos últimos acontecimentos, como o assassinato de três jovens aqui em Mongaguá, que ainda não foi esqueci-

do pela população, e do sequestro que houve no Rio de Janeiro, vitimando uma jovem inocente, acreditamos que é de suma importância conscientizar crianças e jovens, fazendo com que eles se aproximem das autoridades de segurança da rede pública", comenta Wiazowski.

**Desemprego** — Para o presidente do Conseg, a ociosidade do jovem, que é causada pela falta de empregos e de perspectivas, acaba fazendo com que ele se volte para o caminho das drogas e, consequentemente, para a criminalidade. Daí, a importância desta campanha junto aos colégios da cidade.

De acordo com o vereador, é preciso encontrar saídas para minimizar os problemas relacionados à violência. Uma das maneiras, em sua opinião, é envolver a população no senti-

do de colaborar e participar mais das decisões do Conseg, sobre determinados fatores relativos à segurança de todos.

Conforme o presidente, a função do Conselho é estabelecer um elo entre as autoridades públicas e a população. A entidade busca saídas para problemas levantados pela comunidade, que acaba tornando-se parceira das autoridades de segurança.

"Não adianta termos um carro de polícia em cada rua se não tivermos um sistema de iluminação adequado, um sistema viário em boas condições, se a população não tiver afinidade com as polícias, enfim, se não tivermos uma infra-estrutura que possa contribuir para um policiamento preventivo de melhor qualidade", acredita.

Wiazowski ressalta a importância da participação da população e, como exemplo, cita

uma antiga reivindicação que foi viabilizada pelo Conseg, que foi a criação da Base Comunitária de Segurança de Ageron de Campos.

O Conseg reivindica, ainda, o aumento do efetivo da Delegacia do Bairro Flórida Mirim, que poderá funcionar em período integral, utilizando o sistema de plantões.

Outro assunto que deverá ser pautado pelo Conseg é a criação de uma escola de formação de soldados em Mongaguá. Para o vereador, é necessária uma parceria entre o poder municipal e as polícias civil e militar, principalmente dando maior atribuição à Guarda Municipal, numa atuação conjunta. "Além de zelar pelo patrimônio público, a guarda municipal poderia realizar o policiamento preventivo".